

O DESAFIO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DO ATENDIMENTO NOS CEMEI'S EM ANÁPOLIS/GO.

Maria Elizabeth Ferreira*

(Comunicação Oral, GT: Didática, Práticas de Ensino e Estágio)

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as percepções de professores, pais e gestores sobre a análise da qualidade no atendimento dos Centros Municipais de Atendimento Infantil- Cmei's em Anápolis/GO, que atualmente conta com 16 Centros de Educação Infantil e 11 Centros de Educação Infantil Conveniados, totalizando 2.380 atendimento às crianças. Assim, para se atingir os objetivos propostos nesta pesquisa será desenvolvida uma revisão de literatura acerca do tema. A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de aprimorar e garantir realmente uma oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de “qualidade” contemplando toda criança que realmente dela tenha direito. A base empírica será advinda de dois Cmei's de Anápolis/GO, a partir de uma amostra composta por professores, pais e gestores, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário com questões abertas e fechadas. A investigação utilizará a abordagem qualitativa, de caráter exploratório sobre as percepções dos entrevistados, a propósito da qualidade e também se beneficiará das possibilidades da abordagem quantitativa para avaliação dos números descobertos durante o estudo. Como resultados deste trabalho a pesquisadora pretende descobrir se a Educação Infantil em Anápolis atende aos parâmetros de “qualidade” e se há um consenso entre as diretrizes e a realidade do que acontece no cotidiano dos Cmei's, de forma a contribuir para a Secretaria Municipal de Educação deste município e para educação brasileira no sentido de mobilizar e modificar o que for necessário para que haja um parâmetro real em relação à análise da qualidade, que se constitui um desafio na atualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil, Qualidade, Cmei.

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o de analisar o atendimento nos Centros Municipais de Educação Infantil- Cmei em Anápolis na perspectiva da qualidade, pois, com o passar dos anos a necessidade por instituições de cuidado infantil mereceu atenção especial em especial nos grandes centros urbanos ocasionada pela mudança do perfil das famílias, a inserção da mulher no mercado de trabalho e os altos índices de pobreza e mortalidade infantil (OLIVEIRA e ROSSETTI-FERREIRA, 1989; RUIZ, 2007).

* Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, graduada em Letras e Pedagogia, especialista em Língua Portuguesa e em Gestão Educacional, professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis/SEMED. Email: elizabeth.ferreiraanapolis@gmail.com

Voltemos à gênese da instituição destinada à infância denominada “creche” criada na França em 1844 e que na década de 1870 encontra condições de expansão tanto na França como em outros países chegando ao Brasil (KUHLMANN, 2000).

Assim, a medida que há uma expansão do atendimento e crescimento da demanda pelo acesso a creche, observa-se o surgimento de várias questões inerentes à qualidade do atendimento oferecido principalmente a partir da década de 1990, acompanhando as transformações legais e políticas do país.

Quanto aos direitos da criança a quem se destina as creches, a constituição de 1988 foi determinante, pois pela primeira vez na história do Brasil passou a ser vista como sujeito possuidor de direitos no qual um texto constitucional atribui ao Estado o dever de “atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Art. 208, inciso IV; BRASIL, 1988).

Com a constituição, há uma mudança das atribuições da creche antes somente assistencialista para agora fazer parte ao sistema educacional. O Estado então se depara com o desafio de oferecer um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos (OLIVEIRA, FURTADO, SOUZA e CAMPOS-DE-CARVALHO, 2003).

Com a expansão dos creches surge em Anápolis os Cmei's – Centros Municipais de Educação Infantil, distribuindo em Berçário e Maternal e Creches o Jardim I e II.

Então inerente as novas atribuições que se inserem a este segmento, surge a necessidade de avaliar a qualidade no atendimento, pois de acordo com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de “qualidade”, sem requisito de seleção.

Como resultados desta pesquisa a pesquisadora pretende descobrir se os Cmei's atendem aos critérios de “qualidade” e se há um consenso entre as diretrizes e a realidade do que acontece nos Cmei's de forma a contribuir para a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis e para Educação Brasileira no sentido de mobilizar e modificar o que for necessário para que haja um parâmetro real em relação à análise da qualidade no atendimento dos Cmei's.

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de busca por métodos de avaliação da qualidade do atendimento dos Cmei's que correspondam à realidade do cotidiano, com a possibilidade de mudanças no sentido de aprimorar e garantir realmente que a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de “qualidade” contemple a toda a criança que realmente dela tenha direito.

Desta forma os resultados da pesquisa serão desenvolvidos de forma a focar os aspectos essenciais relativos ao contexto social em que a criança está inserida e que se fazem presentes no ambiente dos Cmei's. O estudo será realizado com o objetivo de Analisar as concepções dos professores , pais e gestores sobre a qualidade no atendimento dos Cmei's em Anápolis/GO, delimitando a pesquisa com base nos objetivos pretendidos.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar as concepções dos professores , pais e gestores sobre a qualidade no atendimento dos Cmei's em Anápolis/GO para que os resultados da pesquisa sejam repassados a professores e equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis assegurando ou não a construção de um marco de análise.

2.2 Específicos

No sentido de se desenvolver um estudo plausível acerca do tema em epígrafe, torna-se necessário observar algumas variáveis a serem pesquisadas e analisadas. Assim, de forma específica, deve-se:

- Demonstrar a visão que os professores pais e gestores têm sobre os aspectos relevantes envolvidos na análise da qualidade do atendimento dos Cmei's,
- Verificar os parâmetros de qualidade adotados.
- Entender quais os aspectos que conflitam nos parâmetros adotados atualmente e o atendimento considerado de “qualidade”, favorecendo a compreensão da realidade sociocultural nos Cmei's s desta cidade.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Quando se observa a temática em questão, é possível destacar algumas problemáticas que se sobressaem em relação a outras, e que precisam ser solucionadas, no sentido de gerar maior confiabilidade e consistência aos resultados de uma pesquisa. Nesse

contexto, com vistas a realizar um estudo coerente acerca da importância da utilização de métodos que analisem a qualidade nos Cmei's de Anápolis/GO, torna-se importante analisar mais a fundo o que se propõe e o que realmente é oferecido considerado de “qualidade”.

Pois na atualidade é recente a inserção da educação infantil como direito da criança e no campo das políticas educacionais. Na década de 1980, com a promulgação da constituição Federal em 1988 é que a criança de zero a seis anos aparece no cenário nacional como sujeito com direitos à educação garantidos pelo governo(VIEIRA,2007). .

E estes direitos são oriundos da pressão de vários movimentos sociais ,visto que a participação cada dia maior da mulher no mercado de trabalho, a mudança no perfil das famílias e a urbanização da população são aspectos decisivos para a defesa da expansão e a exigência de qualidade no atendimento desta etapa da educação básica.

O tema que estava em destaque nas décadas de 1970 e 1980, no meio acadêmico e em várias pesquisas era o direito da criança e da família por uma instituição que atendesse ao interesse da coletividade . Após a promulgação da constituição de 1988, o tema de destaque era a qualidade da educação que era oferecida às crianças de zero a seis anos. No entanto com a expansão do atendimento o quesito qualidade no atendimento havia ficado em segundo plano pois as precárias instalações, a má formação dos professores , falta de organização pedagógica e ausência de comunicação entre a comunidade eram evidentes (CAMPOS, FULLGRAF e WIGGERS, 2006; SOUZA, 2008).

Para priorizar então a qualidade , no artigo 29 com a promulgação da LDB_ Lei 9.394/96 , a educação infantil passou então a fazer parte da educação básica, visando o desenvolvimento integral da crianças, assim com a expansão deste seguimento e as questões relativas à qualidade se tornaram relevantes, pois a preocupação numa educação de qualidade nos primeiros anos podem ser determinantes no sucesso educativo (VASCONCELOS,1992).

No Brasil com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº8.069/90 e a LDB – Lei nº. 9.394/96 houve um direcionamento das políticas de atendimento à educação infantil, e o governo federal publicou um conjunto de documentos voltados para a qualidade da educação infantil: Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (Brasil, 1995), Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (Brasil, 2006a), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - volume 1 e 2 (Brasil, 2006b, 10 2006c), Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. (Brasil, 2006d) e Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009).

Com estes documentos houve um direcionamento para o educar, o cuidar, e a qualidade, pois segundo Campos(1994) integrar o educar com o cuidar é de fundamental importância para o atendimento de qualidade direcionado às crianças de 0 a 6 anos.

Além do educar e do cuidar a análise da qualidade da oferta deste atendimento é de suma importância, pois o verdadeiro desafio da Educação Infantil na atualidade é o desafio da qualidade (Zabalza,1998). Não basta expandir o atendimento focando os quesitos da quantidade sem se preocupar com todo o contexto desta abrangência.

Segundo Libâneo (2011) quanto mais a escola se ampliou para receber os alunos, se universalizou, mais ela diminuiu a sua qualidade, a escola pública do Brasil é basicamente destinada à população pobre.

Assim, a escola que sobrou para os pobres, caracterizada pelas suas missões assistencial e acolhedora (incluídas na expressão “educação inclusiva”), transforma-se em uma caricatura de inclusão social. As políticas de universalização do acesso vêm em prejuízo da qualidade do ensino, pois enquanto se apregoam índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao saber, inclusive dentro da escola, devido ao impacto dos fatores internos e externos na aprendizagem (Libâneo, 2011,pg.16)

Há um distanciamento crescente entre as políticas públicas e a realidade imediata das escolas públicas, recentemente no **CONAE 2010**, a Conferência Nacional de Educação cujo objetivo foi o de discutir propostas para o Plano Nacional de Educação, com metas a serem alcançadas até a próxima década, este documento pretendia ser a base do PNE para 2011, no entanto não constava nenhum item sobre o funcionamento interno da escola ou sobre o quesito qualidade, é ilógico analisar o macro sem analisar o micro, constatado então nas principais decisões tomadas pelo Conae em 2010.

- Destinar 50% dos recursos do Fundo Social e dos royalties do pré-sal e do petróleo para a educação.
- Criar a Lei de Responsabilidade Educacional.
- Diretrizes de carreira para a educação sem o sistema de premiação/punição.
- Melhorias do piso salarial dos profissionais da educação e piso salarial de R\$ 1.800,00.
- Criação do Sistema Nacional da Educação e mudanças nos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal.

- Melhoria dos programas de assistência ao estudante.
- Fortalecer o ensino público e gratuito.
- Ampliação do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e de programas de combate ao analfabetismo.

O que se percebe é que nenhum ítem foi destinado à análise da qualidade do atendimento, assim, a pesquisa proposta neste projeto visa responder a seguinte questão ;

Quais os fatores que asseguram um atendimento de qualidade às crianças da educação infantil nos CMEI's de Anápolis?

4. JUSTIFICATIVA

No que se refere à Educação Infantil no Brasil não há um sistema ou instrumento de avaliação como no ensino fundamental e médio onde a qualidade é indicada por meio dos resultados de avaliações sistêmicas dos alunos(Prova Brasil, ENEM, PISA, SAEB, entre outros) (PINTO,2010).

Segundo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil(2006,pg.17) “a qualidade na Educação Infantil deve ser assegurada por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade”, portanto pesquisar os parâmetros de qualidade aplicados nos Cmei's em Anápolis é um tema atual e emergente, o que justifica os resultados da pesquisa quanto à qualidade, pois a concepção de qualidade presente nos documentos do Banco Mundial tem como foco a eficiência dos sistemas educativos através da medição dos processos de ensino, assim os projetos financiados pelo banco centram-se na busca da equidade e da eficiência interna e de uma dada concepção de qualidade voltada na avaliação e aquisição de insumos como livros, equipamentos, laboratórios e formação pedagógica(Banco Mundial, 1996).

Neste sentido a concepção de qualidade se direciona a aquisição de bens , e a concepção de escola pública do acolhimento social . Em vários governos federal, estadual e municipal a escola pública foi inspirada na Europa , França e Inglaterra gerada inicialmente na Conferência Mundial para Todos, promovida e financiada por órgãos que visam a reconstrução financeira dos países emergentes e dos países pobres emergindo projetos de ensino voltados para a satisfação de necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, tendo como visão uma escola de convivência e acolhimento social.

Por isto Rosa Maria Torres(1996) faz a seguinte crítica à intenção do Banco Mundial no que se refere à qualidade:

O pacote do BM e o modelo educativo subjacente á chamada “melhoria da qualidade da educação para os setores mais desfavorecidos” está, em boa medida, reforçando as condições objetivas e subjetivas que contribuem para produzir ineficiência, má qualidade e desigualdade no sistema escolar.(Torres, 1996,pg.127)

Dados de um estudo realizado sobre a qualidade da educação infantil brasileira entre 1996 e 2033 apresentadas nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) Constataram que é grande o distanciamento entre os objetivos legais e a realidade no cotidiano das crianças, no qual foram analisados a formação dos professores, propostas pedagógicas e condições de funcionamento nas instituições de educação infantil ou seja há um distanciamento entre a legislação e a realidade pois

[...] persistem as concepções mais restritivas quanto à melhoria da qualidade do atendimento, reforçadas muitas vezes por agências internacionais que procuram incentivar serviços de baixo custo, desconsiderando a história vivida no país, os conhecimentos já acumulados sobre as consequências dessas experiências e os esforços desenvolvidos por muitos grupos e movimentos na busca de melhorias para a educação da criança pequena (Campos et al 2006, p. 99).

Portanto analisar a qualidade no atendimento dos Cmei's torna-se relevante pois em muitos deles predomina um atendimento voltado para o acolhimento social principalmente para o cuidado e controle da criança(CAMPOS;FULLGRAF; WIGGERS, 2004) , é um sistema onde se polariza o acolhimento versus educação pois “na sua história, as instituições pré-escolares destinaram uma educação de baixa qualidade para as crianças pobres, e isso é que precisa ser superado” (KUHLMANN , 1998,p. 208).

Além da relevância em analisar o acolhimento x educação, o discurso da qualidade da educação ganha destaque no debate educacional na última década do século, conforme o que consta nos parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, 2006b, havendo um deslocamento das preocupações para as questões inerentes ao funcionamento e resultados da educação infantil.

Nestes parâmetros a avaliação de políticas, programas e projetos da educação infantil tem a finalidade de atingir não somente os objetivos propostos mas também se estes objetivos respondem às necessidades dos pais , profissionais e crianças e as três categorias de informação que seria a necessidade, demanda e provimento(ROSEMBERG, 2001).

Diante da ausência de instrumentos brasileiros para a avaliação de qualidade na Educação Infantil e a ênfase nas questões de análise da qualidade na educação infantil na atualidade diante da expansão dos Cmei's , o que se pretende nesta pesquisa é analisar a

qualidade no atendimento oferecido às crianças de zero a seis anos nos Cmei's de Anápolis/GO., assegurando ou não a construção de um marco de análise.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa será desenvolvida com o objetivo de analisar o atendimento nos Cmei's em Anápolis. Assim, é relevante se discutir a questão do embate entre o que é oferecido e o que constitui a proposta do atendimento de qualidade, de forma a analisar novas ideias para orientar e instruir os atuais métodos de análises.

A Educação Infantil tem crescido e vem sendo cada vez mais valorizada e ampliada no cenário nacional de educação básica. Essa sofreu vários processos em sua formulação, podendo citar a Declaração Universal dos Direitos da Criança, após ocorrendo a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (lei n. 8.069 de 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (n. 9.394/96), Com a promulgação da LDB – Lei nº. 9.394/96, que passou a ser incluída na educação básica, com a finalidade de desenvolvimento integral da criança (art. 29), e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Com base nisso observa-se o plano legal da oferta de educação é visível e buscada principalmente pelo Estado. Porém, até a inserção do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, tal aparato legal, não representava métodos e políticas voltadas exclusivamente para a Educação Infantil (CORRÊA, 2003).

A educação infantil como direito da criança e a sua inserção no campo das políticas educacionais é recente nas políticas sociais do Brasil. Somente na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a criança de zero a seis anos surgiu como um novo sujeito de direitos à educação, e esses direitos devendo ser garantidos pelas instituições educacionais dos sistemas escolares e no âmbito das esferas de governo (Vieira, 2007).

É notável que nas últimas décadas houve um aumento considerável da demanda por educação / cuidado de crianças de 0 a 6 anos, este fenômeno aconteceu por vários fatores dentre eles: as mudanças econômicas e culturais da sociedade, mudanças na estrutura familiar com a mudança no papel de cada um de seus membros, conquista dos movimentos pelos direitos da mulher e da criança, os avanços científico voltados para o desenvolvimento e educação infantil, tendo como foco as mudanças na concepção sobre a importância e influência dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento posterior. Porém esta demanda e expansão dos centros de educação infantil no Brasil ocorreram sem planejamento,

investimentos tecnológicos e financeiros necessários, buscando apenas oferecer um atendimento que atenda a maioria sem se preocupar com a qualidade na sua plenitude. (ROSSETTI-FERREIRA, RAMON e SILVA, 2002; SOUZA, 2003; BARRETO, 1998; OLIVEIRA, et al., 1993).

Segundo Souza(2008), um atendimento de qualidade deveria considerar todas as influências que compõem o ambiente como as variáveis dos contextos que se inter-relacionam e influenciam a qualidade do atendimento, como o ambiente físico, a relação com a família, as políticas salariais, a formação dos profissionais que atendem as crianças, o planejamento pedagógico, o atendimento suficiente à demanda, enfim não apenas o microsistema da creche mas todo o macrosistema pois de acordo com Bronfenbrenner (2008) a concepção do atendimento “abarca diversos âmbitos que devem ser analisados, a fim de se obter melhorias na qualidade de ambientes educacionais, visando o pleno desenvolvimento e aprendizagens infantis.” (p. 64).

Analisar esta melhoria na qualidade se torna complexo pois o conceito de qualidade depende do contexto em que se insere não é um conceito definitivo e absoluto, Peter Moss(2002) sintetizou o termo qualidade como sendo um conceito relativo baseado em valores que oferece oportunidades para compartilhar ideias e experiências envolvendo grupos diferentes incluindo as crianças, famílias e profissionais, a definição de qualidade então é dinâmica, contínua e nunca chega a um enunciado definitivo(p.20-21). A qualidade pode depender de vários fatores como as relações interativas e da oferta de ambientes instrutivos de aprendizagem, que contenham recursos pedagógicos adequados e formação adequada dos professores (SYLVIA et al., 1999a e b).

Neste sentido de analisar a qualidade em novas perspectivas e a nova concepção da criança a constituição de 1988 foi determinante pois pela primeira vez na história do Brasil a criança antes considerada um adulto em miniatura, passou a ser vista como sujeito possuidor de direitos no qual um texto constitucional atribuiu ao Estado o dever de “atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Art. 208, inciso IV; BRASIL, 1988).

Com a constituição, há uma mudança das atribuições das instituições de educação infantil antes somente assistencialista para agora fazer parte ao sistema educacional. O Estado então se depara com o desafio de oferecer um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos (OLIVEIRA, FURTADO, SOUZA e CAMPOS-DE-CARVALHO, 2003)

Antes disso, a Educação Infantil oferecia um ensino em creches e pré-escolas, sendo que nenhum destes métodos favorecessem o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade (CORRÊA, 2003).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em 2010 buscou reunir princípios e fundamentos para esse desenvolvimento integral voltado para a educação, orientando a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil, assim como a inserção da brincadeira no currículo da educação infantil.

Lordelo e Carvalho (2003) enfatizam a inserção da brincadeira no currículo da Educação Infantil, onde apontam que no RCNEI (referencial curricular nacional da educação infantil) é explicitado a tarefa de construir, ou reconstruir, em alguns casos, propostas de atendimento que contemplem as necessidades da criança em desenvolvimento enfatizando que para a Educação Infantil a brincadeira aparece como um importante componente desta fase, mas principalmente como uma ferramenta para a aprendizagem.

Vale ressaltar que debates envoltos a educação infantil aconteceram de forma diferente dos outros métodos educacionais como ensino fundamental e médio, que ocorreu muito a partir dos resultados dos sistemas de avaliação (SAEB, Prova Brasil, SARESP, ENEM, PISA etc.). Para com a Educação Infantil, debates foram promovidos internacionalmente, onde buscaram ressaltar a importância de diretrizes e políticas educacionais próprias para esse público, que apresenta necessidades particulares e meios diferenciados para obtenção de conhecimento e aprendizagem (CAMPOS, 2009).

Um dos pontos foi a solicitação social para com esse tipo de educação, sendo isso decorrente de vários fatores como aumento da participação das mulheres no trabalho fora do lar necessitando assim de ambiente adequado e com segurança para ficarem com seus filhos; modificação na organização e na estrutura familiar, onde muitas famílias apresentam pais separados e também avanços no conhecimento científico sobre desenvolvimento e educação infantil. Observa-se então que a construção da política de educação das crianças de zero a seis anos, no país, referem-se à pressão advinda dos movimentos sociais, principalmente feministas, das mudanças no perfil sócio demográfico da sociedade brasileira. Todos esses aspectos trouxeram avanços legais e a necessidade de políticas públicas que reconhecessem as crianças como cidadãs, e assim devendo-se obter atendimento adequado para essa etapa da educação básica (SOUZA; CARVALHO, 2005).

Porém, é necessário observar que a medida que se expande o atendimento e que cresce a demanda pela Educação Infantil, enfatiza e busca-se também discutir questões relacionadas à sua qualidade.

Convém acrescentar que a definição de qualidade depende de muitos fatores dentre eles os valores nos quais as pessoas acreditam; as tradições de uma determinada cultura; os conhecimentos científicos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem; o contexto histórico, social e econômico no qual a escola se insere e a forma como a sociedade define os direitos da mulher e a responsabilidade coletiva pela educação das crianças pequenas conforme o que consta no documento Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009).

A qualidade é um conceito que pode ser socialmente construído dependendo do contexto em que se insere, pode se basear em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades ou seja a sua definição de acordo com o documento Consulta sobre a Qualidade da Educação Infantil(2006), está em constante adaptações conforme as perspectivas da realidade.

6. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Com base em Lakatos e Marconi (1991, p. 17), a metodologia refere-se a “um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza”.

6.1 Tipologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, onde será realizada uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo, com a coleta de informações pertinentes ao tema, com base em análises quantitativas. Serão fonte de investigação para a presente pesquisa, 2 Cmei's localizadas em diferentes regiões da cidade de Anápolis/GO:

Dessa forma, as informações serão coletadas com o intuito de analisar a qualidade do atendimento oferecido.

6.2 Local da Pesquisa

A pesquisa será desenvolvida com base em análises teóricas e em um estudo de campo, que envolverá análises práticas do contexto educacional de dois Cmei's localizados em bairros equidistantes, na cidade de Anápolis/GO.

6.3 População/Universo

A cidade de Anápolis possui atualmente, 16 (CMEI) Centros Municipais de Educação Infantil, e 11(CEI) Centros de Educação Infantil Conveniados. Nesse contexto, a fonte dos estudos de campo será composta por 02 Cmei's, localizados em regiões distintas da cidade de Anápolis/GO, sendo que o universo populacional inclui professores e gestores das referidas Instituições de Ensino.

De acordo com Malhotra (2001, p. 301), a população é definida a partir da soma de todos os elementos que “compartilham alguma característica em comum”. Portanto, trata-se de uma população finita, visto que a pesquisa abordará 15 pais, 15 professores e um gestor de cada Cmei.

6.3.1 . Os Cmeis's em Anápolis

De acordo com o que foi possível apurar das informações atreladas ao endereço virtual da Prefeitura Municipal de Anápolis, a educação infantil é definida como “primeira etapa da educação básica”, a educação infantil passou a ser parte intrínseca do processo educacional e, conseqüentemente, do sistema de ensino.

A educação infantil é oferecida em creches para crianças de zero a três anos de idade e pré-escolas para crianças de quatro e cinco anos de idade. Anápolis conta, atualmente, com 16 Centros de Educação Infantil e 11 Centros de Educação Infantil Conveniados totalizando 2.380 atendimentos às crianças.

A Coordenação Geral da Educação Infantil busca subsidiar o Sistema de Ensino na elaboração de normas e ações político-pedagógicas respeitando as peculiaridades desta etapa da educação básica, realizando um trabalho sólido junto à equipe gestora e profissionais dos Centros de Educação Infantil, creches filantrópicas e particulares, com a finalidade de cumprir e fazer cumprir parâmetros de qualidades para estas instituições.

No que diz respeito às práticas de cuidado e educação, na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança entende-se que ela é um ser completo, total e indivisível. Considerando também que o trabalho a ser realizado deve complementar a ação da família e a interação entre as duas instâncias, sendo

essencial para um trabalho de qualidade.

O Departamento de Educação Infantil da SEMED tem como atribuições:

Acompanhar e assessorar os Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais (pré-escola) e instituições particulares e filantrópicas em suas ações pedagógicas;

Oferecer subsídios para metodologias inovadoras;

Realizar encontros pedagógicos/oficinas/seminários e outros;

Assessorar e acompanhar as instituições que trabalham com a Educação Infantil;

Promover estudo para melhorar o desempenho na atividade profissional da Educação Infantil;

Promover a formação continuada da equipe dos Centros de Educação Infantil, em parceria com o Centro de Formação.

Participarão da pesquisa duas instituições de Educação Infantil da cidade de Anápolis-GO.

A amostra do estudo será determinada em um total de 15 professores da Educação Infantil, 15 Pais e um gestor de cada Cmei, por entender que essa quantidade é suficiente para a saturação dos dados a serem encontrados.

Os Cmei's serão selecionadas por estarem em bairros distantes do centro de Anápolis e, ao mesmo tempo, distantes entre si. Também deverão ser selecionadas a partir de uma orientação da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis - SEMED, que é responsável para orientar a participação nas realizações propostas pela Secretaria. Observar-se-ão, ainda, os quesitos de inclusão, ou seja, a participação na pesquisa deverá acontecer por meio da aquiescência da escola, conforme autorização dos gestores, mediante assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

6.4 Amostra

Observa-se que “(...) quando a amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante daqueles que seriam obtidos casos fosse possível pesquisar todos os elementos do universo” (GIL, 1991, p. 97).

A amostra será não-probabilística por julgamento, posto que envolve dois grupos amostrais, de professores, pais e gestores que atuam nos Cmei's de Anápolis/GO, sendo que ambas as amostra serão selecionadas com base em seu caráter favorável como boas fontes de informações para as futuras análises.

Serão estabelecidos também, critérios para inclusão e de exclusão dos sujeitos na amostra, com a finalidade de preservar os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, além de manter a homogeneidade, em conformidade com os extratos de quotas previstas no processo de amostragem.

6.4.1 Critérios de Inclusão

Os critérios de inclusão serão selecionados com base nas necessidades da própria pesquisa. Assim, buscar-se-á incluir as seguintes amostras:

- Professores, pais e gestores que concordem em participar da entrevista por voluntariedade;
- Cmei's registrados na cidade de Anápolis/GO.

6.4.2 Critérios de Exclusão

Os critérios de exclusão serão selecionados com base nas necessidades da própria pesquisa. Assim, buscar-se-á excluir as seguintes amostras:

- Os sujeitos que não se enquadrarem nos critérios anteriormente descritos;

6.5 Métodos de Coleta de Dados

Serão utilizados inquéritos, como métodos de coleta de dados, para facilitar a identificação das variáveis envolvidas no tema de estudo.

6.6 Instrumentos para Coleta de Dados

A investigação utilizará a abordagem qualitativa, de caráter exploratório sobre as percepções dos professores e gestores acerca da qualidade no atendimento, e também se aproveitará das possibilidades da abordagem quantitativa para avaliação dos números descobertos durante o estudo. A metodologia utilizada será a de pesquisas bibliográficas com

a leitura de textos impressos e eletrônicos sobre o tema pesquisado, com a elaboração do fichamento das leituras e, para o levantamento dos dados, serão utilizados questionários semi-estruturados com perguntas abertas e fechadas, utilizando a escala ITERS.

Infant/Toddler Environment Rating Scale-ITERS, é uma escala desenvolvida para avaliar especificamente a qualidade do ambiente onde são atendidas crianças de até 30 meses de idade por , Harms, Cryer & Clifford (1990) . Esta escala é composta de 35 itens, distribuídos em 7 subescalas.

Para Afonso (2004), os instrumentos de coleta de dados têm o objetivo de proporcionar a coleta de dados, que serão transformados em informações, que, em momento oportuno, podem ser utilizadas no auxílio à tomada de decisão, podendo incluir questionários, relatórios e outros meios de investigação.

6.7 Procedimentos

Com relação aos procedimentos utilizados no decorrer das pesquisas, destaca-se o entendimento literário de que as pesquisas descritivas visam o detalhamento de todos os passos da coleta de dados, informando dados relativos à: “quem? quando? onde? como?” (CERVO e BERVIAN, 2002, p. 73).

Os procedimentos de pesquisa contarão com o desenvolvimento e aplicação de questionários baseados na escala *Infant/Toddler Environment Rating Scale-ITERS*, é uma escala desenvolvida, pela autora do presente estudo, aos grupos de amostra. Tais questionários serão aplicados no próprio ambiente escolar, durante um período previamente determinado, em horários distintos, devido aos horários letivos, evitando-se assim, prejuízos aos alunos e professores envolvidos na pesquisa.

Os procedimentos de pesquisa contarão com o desenvolvimento de questionários semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas, análise e interpretação pela autora do presente estudo. Dada a inexistência de instrumentos brasileiros capazes de avaliar objetivamente a qualidade do atendimento infantil, faz-se necessário dar continuidade aos estudos da ITERS (OLIVEIRA et al., 2003) e ITERS-R (MENEGASSO, 2005; LIMA, 2006; CARVALHO e PEREIRA, 2008) e ampliar as análises dos parâmetros psicométricos deste instrumento, principalmente em relação à análise semântica, realizada anteriormente apenas em 12 dos 39 itens componentes da ITERS-R (MENEGASSO, 2005).

Infant/Toddler Environment Rating Scale-ITERS, é uma escala desenvolvida para avaliar especificamente a qualidade do ambiente onde são atendidas crianças de até 30 meses

de idade por , Harms, Cryer & Clifford (1990) . Esta escala é composta de 35 itens, distribuídos em 7 subescalas: Material e Mobiliário, Rotinas e Cuidados Pessoais, Linguagem Oral e Compreensão, Atividades de Aprendizagem, Interação, Estrutura do Programa e Necessidades dos Adultos. “Tanto a ITERS como a ECERS podem ser aplicadas em qualquer instituição educacional que ofereça cuidado infantil; o observador/avaliador pode ser interno ou externo ao grupo, com alguma prática no trabalho direto com crianças, observando, por vez, um grupo de crianças e sua(s) educadora(s) durante um período de duas horas ou mais”(SOUZA E CARVALHO, 2005,p.88)

Segundo Harms, Cryer e Clifford (2003), a utilização de um instrumento confiável e válido para avaliar a qualidade do processo, pode contribuir para a promoção da qualidade do cuidado de bebês e crianças pequenas

6.8 Análise dos Dados

Os dados coletados serão calculados, tabulados e devidamente analisados, por meio de análises estatísticas. Portanto, serão utilizadas planilhas digitais, para desenvolver a devida análise dos dados, com vistas a gerar uma melhor compreensão dos resultados das pesquisas quantitativas que serão desenvolvidas.

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após ou juntamente com a análise, pode ocorrer também à interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente (GIL, 1991, p. 102).

Após as entrevistas, será feita a transcrição na íntegra dos depoimentos, além de uma leitura completa e criteriosa dos depoimentos, com a finalidade de identificar a essência dos mesmos, bem como de especificar as expressões importantes em cada qual.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Esta pesquisa espera atingir aos objetivos destacados anteriormente, de modo a proporcionar uma vivência concreta e a demonstrar aos leitores, de forma clara e objetiva, que a veracidade da análise da qualidade do atendimento nos Cmei's é importante para que haja equivalência entre a proposta da oferta de qualidade no atendimento e o que realmente é oferecido.

Assim, com base no estudo a ser desenvolvido, pretende-se apresentar as variáveis positivas que emanam do uso de tais análises de qualidade, principalmente quando se trata de possibilidade de melhorias para o funcionamento.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VIEIRA, L. M. F. Educação infantil. In: DUARTE, A. M. C.; DUARTE, M. R. T. **Termos da legislação educacional brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 1 CD-ROM.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº. 8.069/90, de 13 jul. 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial**, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 dez. 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial**, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Crêterios para o atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009. 64 p. 13

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 11.494, de 20 jun. 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias; altera a Lei 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 08 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, v. 1, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, v. 2, 2006c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC/SEB, 2006d.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO; MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (MIEIB). **Consulta sobre qualidade da educação infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito**. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, M. M. & ROSEMBERG, F. (1995). Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança. Brasília: MEC /SEF /COEDI.

CAMPOS, M. M. A educação infantil frente a seus desafios. **Fundação Carlos Chagas: difusão de ideias**, São Paulo, maio 2009. Disponível em www.fcc.org.br. Acesso em 04 abr. 2010.

CAMPOS, M. M. **A educação infantil frente a seus desafios**. Fundação Carlos Chagas: difusão de ideias, São Paulo, maio 2009. Disponível em www.fcc.org.br. Acesso em 04 abr. 2010)

CAMPOS, M. M. Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**, Brasília: MEC/ SEF/ DPE/ COEDI, p.32-42, 1994.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CIASCA, M I F L; MENDES, D L L L. **Estudos de avaliação na educação infantil**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009 •

Conferência Nacional de Educação (2010 : Brasília, DF). Anais da Conferência Nacional de Educação : Conae 2010 : Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação : o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. – Brasília : MEC, 2011.2 v.

CORREIA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho/ 2003 85

HARMS, T. & CLIFFORD, R. M. (1980). **Early Childhood Environment Rating Scale**. New York: Teachers College Press. Harms, T., Cryer, D. R. & Clifford, R. M. (1990). *Infant/Toddler Environment Rating Scale*. New York: Teachers College Press. Harms, T., Cryer, D. R. & Clifford, R. M. (2003). **Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised Edition**. New York: Teachers College Press

LIBÂNEO, J.C. **A Escola Brasileira em Face de um Dualismo Perverso: Escola do Conhecimento para os Ricos, Escola do Acolhimento Social para os Pobres**. Goiania: PUC, 2010 disponível em <http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/SEMANA%20DE%20PLANEJ%20PUC%20AGO%202010%20>

LORDELO, Eulina da Rocha e CARVALHO, Ana Maria Almeida. Educação infantil e psicologia: para que brincar?. **Psicologia, ciência e profissão**. 2003, vol.23, n.2, p. 14-21.

MOSS, P. Para além do problema com qualidade. In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 17-25.

OLIVEIRA, Z. M. R. Discutindo uma experiência americana de educação infantil: a escola Bank Street. IN: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (org.). **Creches e pré-escolas no hemisfério norte**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 103-133.

OLIVEIRA, Z. M. R.; ROSSETI-FERREIRA, M. C. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo – Histórico de uma realidade – 1986. In: ROSEMBERG, F. (org.). **Creches**. São Paulo, Cortez, 1989. (Coleção Temas em destaque).

PEREIRA, A. S. **Avaliação da qualidade de ambientes educacionais**: o caso do programa de educação infantil. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROSEMBERG, F. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 19-26, 2001.

ROSEMBERG, F. Educação infantil nos Estados Unidos. IN: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (org.). **Creches e pré-escolas no hemisfério norte**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 15-101.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

ROSEMBERG, F. Panorama da Educação Infantil brasileira contemporânea. IN: Simpósio Educação Infantil: construindo o presente, 2002, Brasília. **Anais**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 33-81.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et al. (org.). **Os fazeres na educação infantil**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 207.

SOUZA & CAMPOS-DE-CARVALHO PSICOLOGIA EM ESTUDO, Maringá, v. 10, n. 1, p. 87-96, jan./abr. 2005 graduação do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

SOUZA, T. N. **Análise da adequabilidade da Infant/Toddler Environment Rating Scale para avaliar ambientes de creches de Ribeirão Preto.** 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SOUZA, T. N. DE (2003). Análise da adequabilidade *da Infant/Toddler Environment Rating Scale* para avaliar ambientes de creches de Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado, programa de Pós-Graduação em Psicologia e Educação da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

SOUZA, T. N. DE (2003b). A qualidade na educação infantil em questão: Análise de princípios em documentos brasileiros e estrangeiros. Projeto de doutorado - Programa de Pós96

SOUZA, T. N. **Qualidade em educação infantil: Uma perspectiva ecológica na análise de indicadores em documentos brasileiros e estrangeiros.** 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA; T N; CARVALHO, M C. Qualidade de ambientes de creches: uma escala de avaliação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 87-96, jan./abr. 2005.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para todos: a tarefa por fazer.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

VASCONCELOS, T. Educação de Infância em Portugal: um edifício em construção. **Educação e Contemporaneidade: Educação Infantil: Revista da FAEEBA**, Salvador: UNEB, v. 18, n. 31, p. 195-206, jan./jun. 2009.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998